

ATA DA 088ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 07 DE OUTUBRO DE 2015
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gean Loureiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Julio Ronconi - Kennedy Nunes - Leonel Pavan - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

PRESIDÊNCIA - Deputados: Gelson Merisio
Padre Pedro Baldissera

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos srs. deputados.

Breves Comunicações

DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO (Orador) - Defende a aprovação do Projeto de Lei n. 0241/2015, de sua autoria, voltado às pessoas com deficiência, que objetiva a inclusão social em grandes eventos do estado e disponibiliza, ao menos, 5% dos banheiros químicos aos deficientes, que correspondem a meio milhão em Santa Catarina. Faz referência à campanha Outubro Rosa, posicionando-se a favor da prevenção do câncer de mama e mostra-se favorável às ações desenvolvidas pelos deputados Kennedy Nunes e Fernando Coruja em relação às alterações do Pacto Federativo.

DEPUTADO FERNANDO CORUJA (Orador) - Comenta reportagem em relação aos caminhoneiros que fazem uso de drogas no Brasil, argumentando que a prática ocorre por questões econômicas e físicas, aumentando o risco de acidentes, tendo em vista a vulnerabilidade das fronteiras, que possibilitam a entrada de drogas no Brasil, e a falsificação de medicamentos, enfatizando a necessidade de fiscalizar e criar política eficaz à área farmacêutica no país.

Deputado Manoel Mota (Aparteante) - Cumprimenta o deputado pela abordagem do tema, ratificando o apoio aos caminhoneiros.

DEPUTADO NATALINO LÁZARE (Orador) - Faz referência aos acordos comerciais entre o Brasil e a China, destacando a importação da maçã, que pode liquidar com a produção catarinense e com a economia das cidades envolvidas. Considera que, caso não seja revertido esse quadro, tornar-se-á desigual a competição com os fruticultores chineses, pois a China destina grandes subsídios aos seus produtores, o que não acontece aqui no Brasil.

Deputado Luiz Fernando Vampiro (Aparteante) - Cumprimenta o deputado pelo tema abordado, acrescentando que a realidade brasileira é diferente da chinesa, reputando a vinda da maçã chinesa uma tragédia para os produtores catarinenses.

Deputado Manoel Mota (Aparteante) - Congratula-se com o deputado pelo seu desempenho na comissão de Agricultura e acredita conseguir bons resultados na defesa da produção da maçã catarinense.

DEPUTADO LEONEL PAVAN (Orador) - Repudia o comportamento de alguns parlamentares no Congresso Nacional que defendem a aprovação de certas leis, mesmo sabendo que a presidente ira vetar, e depois defendem o veto. Lamenta que certos deputados estejam usando a tribuna para negociar e considera

que o Congresso Nacional perdeu o respeito da população.

Partidos Políticos

Partido: PT

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (Orador) - Faz reflexões sobre o momento pelo qual passa o país, afirmando que a presidente Dilma Rousseff foi feliz ao promover a Reforma Ministerial e medidas de redução do custo da máquina federal, enfraquecendo o movimento golpista e garantindo a governabilidade. Diz não entender a posição de certas lideranças do PMDB catarinense, uma vez que o partido ocupa cargos estratégicos em diversos setores, a exemplo do ministro Augusto Nardes, que é opositor ao governo federal e tem problemas graves com a Justiça; e o presidente da Câmara Eduardo Cunha, que é o grande articulador do *impeachment*, e está envolvido em escândalos, reforçando que não há provas para a impugnação do mandato de Dilma Rousseff.

Partido: PSD

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Orador) - Informa recebimento de ofício da Federação dos Diretores Lojistas de Santa Catarina manifestando repúdio às mudanças do governo federal, a exemplo do aumento de impostos, manifestando apoio à classe, assim como a toda sociedade, que será prejudicada.

Comunica que recebeu documento do Conselho das Entidades de São Miguel d'Oeste, que trata da intenção do governo federal em se apossar dos recursos das entidades que são destinados a programas sociais dos trabalhadores, clamando pelo apoio do Parlamento a essa arbitrariedade.

Deputado Leonel Pavan (Aparteante) - Lembra que teve êxito quando governou o estado, bem como Luiz Henrique da Silveira.

Partido: PSDB

DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO (Orador) - Destaca a situação caótica das obras federais pelo estado, referindo-se principalmente à região de Itapocu, que está afetando a vida das pessoas, citando os R\$ 19 milhões que foram pagos para a execução da Ferrovia Translitorânea, que não foi entregue ainda por divergências entre a Funai e o DNIT. Afirma que o governo federal quer ver as obras acontecerem e cobra uma posição do Ministério Público Federal em função do desenvolvimento econômico catarinense. Congratula-se com o governo estadual pelo lançamento dos cartões corporativos, destinados às administrações hospitalares.

Deputado Leonel Pavan (Aparteante) - Cumprimenta o deputado pela sua experiência, corroborando o tema abordado.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Presidente) - Suspende a sessão para a manifestação do prefeito de Brusque, José Luiz Cunha.

Ordem do Dia

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Presidente) - Reabre a sessão e dá início à Ordem do Dia, relatada na íntegra.

Votação da redação final do Projeto de lei Complementar n. 0013/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0040/2015.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0166/2015.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Deputado Julio Ronconi - Pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Julio Ronconi.

DEPUTADO JULIO RANCONI - Não poderia deixar de falar do ex-prefeito Almir José Kalbusch, aliás, uma excelente homenagem feita pelo nosso querido deputado Antônio Aguiar.

Almir José Kalbusch foi prefeito na cidade de Rio Negrinho por dez meses no ano de 2007, uma pessoa ímpar, extremamente honesta que recebe esta homenagem justa deste Parlamento.

Parabéns ao deputado Antônio Aguiar, ao prefeito e a toda família Kalbusch, pela qual tenho imensa gratidão e admiração. São pessoas que convivem na cidade de Rio Negrinho, moram lá, têm o seu comércio, são meus amigos e fazem um excelente trabalho por toda comunidade.

DEPUTADO PADRE BALDISSERA (Presidente) - Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0196/2015.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0283/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0312/2015.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0035/2015, de autoria do deputado Valmir Comin, que dispõe sobre o compartilhamento de imagens e sistemas de imagens pelos órgãos da Administração Pública direta e indireta e fundacional do estado de Santa Catarina, e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Segurança Pública e de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia.

Em discussão.

Deputado Silvio Dreveck - Pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Silvio Dreveck.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Obrigado, presidente. Esse projeto passou pela comissão de Constituição e Justiça e fiquei com uma pequena dúvida porque não entrei no mérito. Como o autor do projeto é o deputado Valmir Comin, peço a v.exa que pudesse nos esclarecer um pouco esse compartilhamento, como se dará na prática, pois não participei da comissão de Finanças e de Tributação e não tenho conhecimento do mérito do projeto, e acho muito importante. Mas se v.exa. tiver um minuto para nos esclarecer, agradeço.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Presidente) - Com a palavra o deputado Valmir Comin.

DEPUTADO VALMIR COMIN - Caro líder do governo, deputado Silvio Dreveck, na verdade, este projeto enseja, na sua essência, praticamente uma Parceria Público Privada - PPP.

Hoje já existe no estado de São Paulo, alguns municípios que já desenvolvem e fazem essa interação. Quer dizer, quando o estado não consegue chegar a sua capilaridade, a iniciativa privada, por exemplo, um colégio privado, uma empresa, uma residência e um ponto estratégico, podem *linkar* no sistema integrado de inteligência

do estado, do banco de dados em tempo real, que vai potencializar essa capilaridade com videomonitoramento em todo o estado de Santa Catarina sem que o governo possa desprender recursos.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Agradeço a manifestação do deputado Valmir Comin, que com muita clareza, com muita profundidade, nos deu uma belíssima explanação. Até porque seu perfil é de engenheiro, pois ele é engenheiro, e isso, de fato, nos deixa informados o suficiente para não termos nenhuma dúvida da importância desse projeto que permite esse compartilhamento entre o setor público e privado.

É um projeto importante e que não gera despesa para o estado.

Muito obrigado pelas informações.

Deputado Fernando Coruja - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Fernando Coruja.

DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente, nós já estamos votando o segundo turno, mas é um projeto do deputado Valmir Comin que dispõe sobre o compartilhamento de imagens entre órgãos da administração pública direta e indireta, e também com a iniciativa privada para criar um banco de imagens.

Evidente que aqui nós temos vários aspectos, o aspecto importante do compartilhamento para várias questões de segurança; o aspecto do custo, a economia também é importante, agora, há um terceiro aspecto, que apesar de ter sido votado na comissão de Justiça passando como constitucional, é a privacidade.

Na medida em que existe um compartilhamento entre imagens fornecidas por vários órgãos e por empresas privadas, e alguns não têm o dever de sigilo dessas imagens, isso pode estar comprometendo a privacidade das pessoas, porque as imagens têm que servir, eventualmente, para questão de segurança, para investigar um crime, deputado Maurício Eskudlark, eu sou médico legista

e servidor do Instituto-Geral de Perícias, e acho que esse assunto está na linha tênue da questão da privacidade, da intimidade, de ter as suas imagens, que são captadas por vários órgãos, por várias estruturas, fornecidas para estruturas privadas, ou vice-versa, e ter a privacidade comprometida.

Evidentemente que estamos no segundo turno, vamos votar a favor, mas só queria chamar a atenção para essa questão que certamente vai ter que ser enfrentada no futuro porque a questão da privacidade e da intimidade será infringida, senão, estamos numa linha muito tênue acobertada pelo projeto.

Mas, de qualquer maneira, parabênizo-lhe pela iniciativa.

Muito obrigado!

Deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, pela ordem.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, deputado Valmir Comin. Eu vejo que as imagens, principalmente das partes externas, partes públicas, podem e devem ser utilizadas na questão da segurança.

Nós hoje temos sistemas de segurança, que podemos baixar um aplicativo no celular ou no computador, e daqui ter acesso às imagens em outro bairro, em outra cidade.

Eu até penso que o estado tem que estudar uma possibilidade para que o morador de determinado bairro possa ter acesso às imagens da via pública, por algum aplicativo, do quarteirão, do seu bairro, para ajudar na questão da segurança pública, visualizar e acompanhar. Assim, teríamos um compartilhamento de forças no combate à criminalidade.

Essa questão da privacidade é relacionada às imagens internas, mas o que é feito em via pública, nesses locais, é uma imagem pública. Então, acho que pode evoluir bastante.

Deputado Fernando Coruja - Pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Fernando Coruja.

DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Mas aí a questão da privacidade envolve outras coisas. Vamos pegar um exemplo. O deputado Luiz Fernando Vampiro tem uma empresa, e na via pública, na frente da empresa dele há câmaras de vigilância, mas lá está passando o João da Silva, com uma namorada, que é a intimidade dele, e há a questão de privacidade, e não é pelo fato de ser em via pública que não estejamos acobertados pelo direito de imagem, e o direito à privacidade tem que ser ponderado.

Se a presidente Dilma Rousseff vier a Florianópolis, for fotografada numa boate e essa foto sair no jornal, tudo bem porque ela é uma pessoa pública, mas qualquer pessoa que seja anônimo, se ele tiver a foto dele numa boate publicada ele pode reclamar, mesmo sendo público o local. São coisas diferentes. Claro que para a investigação, evidentemente, a polícia tem o dever de sigilo e não vai publicar as imagens que não são referentes ao caso, mas há o direito da privacidade nas questões públicas também, por isso a minha preocupação.

Deputado Mauricio Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Mauricio Eskudlark.

DEPUTADO MAURICIO ESKUDLARK - Mas esse é o meu pensamento, sr. presidente, e vejo que temos nós temos aí as próprias emissoras de televisão fazendo cobertura, filmagens. Se a pessoa estiver numa situação que não seja confortável, atingida por um vídeo desses, ele está numa via pública e acho que não há um sigilo de imagem. Tem que ter cuidado, tem que preservar o direito do cidadão, mas eu acho que quanto mais as vias públicas tiverem compartilhamento, a segurança tiver acesso, o cidadão de bem tiver acesso, vai melhorar a segurança do país e do nosso estado.

Deputado Gean Loureiro - Peço a palavra, sr. presidente.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Presidente) - Com a palavra o sr. deputado Gean Loureiro.

DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Sr. presidente, tive a oportunidade de ler a proposição, já discutida em outros estados, que o deputado Valmir Comin traz a esta Assembleia Legislativa. Primeiramente, existe uma definição de que a imagem captada pelo poder público faz parte do patrimônio público, mas não há um dispositivo legal que permita que isso se concretize.

Quem assistiu hoje o jornal viu que há uma discussão sobre esse tema, inclusive as imagens da ANTT, da concessionária que administra a rodovia, e se é um ente público, a gente ainda tem dúvida se esse oferecimento a uma emissora pode ser feito gratuitamente ou tem que licitar e qual é o processo.

Com esse projeto terminam todas as dúvidas de que o interesse do estado em fornecer não é uma obrigação, mas se achar interessante fornecer tem o dispositivo legal. Quanto ao uso da imagem no espaço público tenho dúvidas diante da interpretação.

Quando começou essa discussão das câmaras nas ruas a OAB ingressou com um processo, porque era apelidado de *Big Brother*. Hoje, o interesse coletivo, especialmente voltado à segurança pública, demonstra que essa imagem, tendo um controle do estado, que poderá aprovar essa legislação, fornecer a um conselho comunitário de segurança, que vai ajudar no monitoramento preventivo de determinadas áreas, inclusive auxiliar os órgãos de Segurança Pública a identificar alguns suspeitos, porque se amplia os olhos na observação preventiva.

Então, em que pese essa discussão jurídica, somos pessoas públicas e não temos o direito a essa privacidade em qualquer lugar. Claro que nas áreas de uso interno, numa boate ou em outro local não pode haver esse monitoramento. Agora, nas vias públicas, locais que são geralmente monitorados pelo poder público, essa tecnologia pode auxiliar.

Então, venho só fazer a defesa da presente proposição.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Presidente) -

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0159/2015, de autoria do deputado Gean Loureiro, que denomina governador Luiz Henrique da Silveira o centro de convenções de Canasvieiras, no município de Florianópolis.

Ao projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

Deputado Gean Loureiro - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Gean Loureiro.

DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Gostaria, primeiramente, de esclarecer que apesar do *caput* da legislação estar denominando centro de convenções, a emenda corrige para centro de eventos. Eu mesmo apresentei a alteração para a secretaria de estado do Planejamento, porque corrige uma falha. Centro de eventos permite maior divulgação do estado. Trata-se de uma homenagem ao Luiz Henrique da Silveira porque ele foi o idealizador, quando do lançamento do Sapiens Parque, de uma área utilizada para esse fim. Obviamente, é um reconhecimento pelo seu trabalho no exercício do governo do estado para a ampliação dos centros de eventos.

As entidades do norte da ilha têm conhecimento. Comuniquei sobre essa homenagem. Pelas informações, na segunda quinzena de

novembro, deve estar sendo inaugurado o centro de eventos de Florianópolis. Faço este registro não apenas como integrante do PMDB, mas como uma homenagem a alguém que auxiliou em todas as defesas. O vice-governador na época, deputado Leonel Pavan, também foi um estimulador para que o governador Luiz Henrique da Silveira pudesse trabalhar por esse avanço no número de centros de eventos no estado.

Nós membros, da comissão de Turismo e Meio Ambiente, estamos debatendo o retorno que têm os centros de eventos nos municípios de Santa Catarina. Já fiz um pronunciamento sobre esse tema. Esse projeto trata mais da denominação, mas não podemos esquecer a importância e a mudança que vai acontecer na economia e na estrutura do norte da ilha de Florianópolis com a inauguração tão esperada do centro de eventos em Canasvieiras.

Deputado Leonel Pavan - Peço a palavra, sr. presidente.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Presidente) - Com a palavra o deputado Leonel Pavan.

DEPUTADO LEONEL PAVAN - Sr. presidente, queria cumprimentar o deputado Gean Loureiro e alertar para uma questão. Eu encaminhei a esta Casa um projeto de lei, já aprovado, denominando Centro de Eventos Luiz Henrique da Silveira o centro de eventos de Balneário Camboriú. Em Itajaí há um projeto de lei na Câmara municipal que denomina o centro de convenções do município de Centro de Eventos Luiz Henrique da Silveira. Parece que lá em São Lourenço do Oeste também estão fazendo o mesmo.

Acho que o Luiz Henrique da Silveira foi o homem do turismo e investiu nessa área. Trabalhávamos juntos e temos vocação para o desenvolvimento do turismo. Fico preocupado porque acho que o maior centro de eventos do sul do Brasil será o de Balneário Camboriú, e deveria levar o seu nome. Então, precisamos fazer uma discussão com calma para não ficarmos de repente denominando vários centros de eventos com o mesmo nome. Acho que precisamos ter uma definição a esse respeito.

Dei entrada ao projeto de denominação do centro de eventos de Balneário Camboriú um dia após, infelizmente, a partida do ex-governador.

(Deputados manifestam-se fora do microfone.)

Não tem problema. Retiro o meu projeto. Não estou disputando. Terei a capacidade de mudar, retirar. Acho que a homenagem é justa. Não estou levantando a questão para disputar qual dos centros de eventos terá o nome de Luiz Henrique da Silveira. Apenas acho que não deveriam obras com o mesmo conceito, a mesma importância ter o mesmo nome, mudando somente a cidade.

Então, por isso que quero levantar essa questão e não terei problema em retirar, só que vou verificar a data com que entrei e a que v.exa. entrou, para não dizerem que priorizou um ou outro.

Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Quero dizer que o centro de eventos é a marca do Luiz Henrique e ele dizia que é por toda Santa Catarina. Então, deixa tudo como está, até porque temos várias cidades com os nomes, por exemplo, de avenidas, Getúlio Vargas, Duque de Caxias, Major Gercino, a legislação não impede. Então, como o centro de eventos era uma marca do governo, coloca a mãozinha lá na frente por toda Santa Catarina e pronto, uma homenagem ao nosso senador.

Deputado Fernando Coruja - Pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Fernando Coruja.

DEPUTADO FERNANDO CORUJA - O Luiz Henrique pela história que tem Santa Catarina está sendo objeto de muitas homenagens aqui e em vários lugares. Acho que esse é um problema simples, porque são dois locais diferentes e pode-se ter. Como vamos ter centro de eventos e escolas em vários municípios diferentes com o mesmo nome.

Pode-se ter o Centro de Eventos Luiz Henrique da Silveira em Balneário Camboriú e outro aqui. Não vejo porque não tramitar os dois projetos e serem aprovados. Deputado Leonel Pavan, acho que não é motivo para retirar e nem para ter conflito, são municípios diferentes. Temos várias situações semelhantes. Acho que isso não é motivo para debate e o bom senso nos aconselha a aprovar os dois, Centro de Eventos Luiz Henrique da Silveira Balneário Camboriú e Canasvieiras, coloca-se um apêndice para diferenciar, são em municípios diferentes, dá para aprovar os dois perfeitamente.

Deputado Leonel Pavan - Pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Leonel Pavan.

DEPUTADO LEONEL PAVAN - Passou despercebido! Eu estava saindo para abertura da Oktoberfest e voltei para o Plenário para não deixar essa dúvida.

Prestem atenção! Parece que estamos discutindo nome de rua e nome de escola. Não! É um fato importante. Eu apenas quero questionar por que o meu projeto até agora não foi colocado em votação ou analisado sendo que dei entrada no mesmo dia ou um dia depois? Eu não tenho problema nenhum em retirar o meu projeto e colocar outro nome, sem problemas. Só que esse seria o maior centro de eventos do sul do Brasil. Eu mudarei o projeto!

Deputado Manoel Mota - Pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, o deputado Leonel Pavan é um homem experiente. O deputado Kennedy Nunes levantou uma questão muito importante neste momento. Todo mundo sabe - quero reconhecer as suas palavras aqui - que o Luiz Henrique era um homem apaixonado pelos centros de eventos, por isso idealizou centro de eventos em toda região de Santa Catarina. Quero dizer que cada cidade é uma cidade, está cheio de escolas

Celso Ramos em Santa Catarina. Não existe diferença nenhuma.

Acho que é um homem honrado, importante, que deixou uma marca e deixa saudades por toda Santa Catarina. Assim, não tem nada que mudar, que retirar projeto, pois acredito que há um consenso nesse sentido e vamos aprová-lo, bem como o do deputado Leonel Pavan, para que tenhamos o maior centro de eventos com o nome de Luiz Henrique da Silveira, pessoa que construiu a vida de Santa Catarina para ser um estado de maior qualidade e que orgulha o povo catarinense.

Deputado Gean Loureiro - Pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Gean Loureiro.

DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Apenas esclarecer, quero dizer que quando houve o falecimento do senador Luiz Henrique, foi-me sugerido dar entrada com a denominação de centro de eventos que ele tinha iniciado quando governador. Nós juntamos toda a documentação que a Consultoria Legislativa exige e fomos o primeiro a dar entrada, logo em seguida o deputado Leonel Pavan ingressou com o projeto do Centro de Eventos de Balneário Camboriú.

Eu não tenho nenhuma objeção que o centro de eventos de lá também receba essa denominação, mas o se o critério fosse antiguidade, obviamente, que o de Florianópolis deu entrada primeiro.

Em segundo lugar, esse projeto tramitou nas comissões e já está para deliberação porque o centro de eventos vai ser inaugurado no mês que vem e o estado está aguardando a aprovação do nome para providenciar a própria fachada com a denominação, inclusive pediram para fazer a emenda modificativa, porque senão, o próprio governo iria encaminhar.

Então, quero dizer que eu não tenho nenhuma objeção quanto ao nome do centro de eventos de Balneário Camboriú, e espero que fique pronto nos próximos anos, mas o que nós desejamos é que em novembro possamos inaugurar, não é homenagem

minha, é desta Casa Legislativa e do estado de Santa Catarina ao ex-governador Luiz Henrique da Silveira.

Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, deputada Ana Paula Lima.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Acho que essa discussão é irrelevante, trata-se de municípios separados, mas também registro a presença de um grupo de alunos da Univali, da 8ª e 9ª fase do curso de Direito, acompanhados da professora Eliane Vaz e do professor Alexandre, que se fazem presentes nesta casa. É bom eles acompanharem o debate dessas matérias que discutimos nesta tarde. Sejam bem-vindos!

Sr. presidente, uma coisa é certa: não gostaria que meu nome nem o nome de ninguém fosse dado a um centro de eventos. O governador Luiz Henrique mal morreu e já estão discutindo colocação de nomes, ele que foi um governador que fez muito pelo estado de Santa Catarina, um visionário. Mas não tenho objeção nenhuma a esse fato e o meu voto é favorável.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Presidente) - Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0163/2015, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, que altera dispositivo da Lei n. 15.736, de 2012, que dispõe, define e disciplina a piscicultura de águas continentais no estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e justiça, de Pesca e Aquicultura e a de Turismo e Meio Ambiente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0291/2015, de autoria do deputado Patrício Destro, que institui a Semana Estadual e o Dia Estadual da Pedalada Ecológica, no âmbito do estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Turismo e Meio Ambiente.

Em discussão.

Deputado Julio Ronconi - Pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Julio Ronconi.

DEPUTADO JULIO RONCONI - Sr. presidente, quando trabalhava na assessoria do deputado Patrício Destro recebi o Parlamento Jovem e tivemos essa proposição de iniciativa dos jovens Caique Orloski, Gabriel Gajdeczka dos Santos, Guilherme Castro, Michele Adriana Tomki e Nayara Lourenço de Souza, alunos da EEB Germano Wagenführ, de Porto União, que em atividades nesta Casa nos apresentaram a referida matéria, porque a referida semana cai na terceira semana de setembro, dia 22, e em cidades do mundo todo são realizadas atividades em defesa do meio ambiente e da qualidade de vida nas cidades, o que passou a ser conhecido como Dia Mundial Sem Carro.

Então, instituir a Semana Estadual e o Dia Estadual da Pedalada Ecológica, será uma forma de chamar a atenção não só pelo aumento da poluição em si, mas também justamente é para provocar nas pessoas aquele sentimento de fazer com que as pessoas olhem muito mais para a questão da saúde.

Então, parabéns ao deputado Patrício Destro por essa questão que estamos colocando para apreciação nesta Casa.

Sr. presidente, gostaria também de parabenizar todos os estudantes do curso de Direito da Univali, onde meu irmão, Diego Ronconi, é professor e eu faço mestrado de Gestão de Políticas Públicas.

É um prazer recebê-los. Sejam muito bem-vindos. E quero dizer que é um aprendizado maravilhoso estar aqui.

Obrigado, sr. presidente!

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Presidente) - Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0073/2015, de procedência governamental, que autoriza a concessão de uso de imóvel no município de Florianópolis.

(Instalação de equipamentos da defesa civil municipal)

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único o Projeto de Lei n. 0257/2015, de procedência governamental, que autoriza a doação de imóvel no município de Xanxerê (instalação de equipamentos da defesa civil municipal).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único o Projeto de Lei n. 0288/2015, de procedência governamental, que autoriza a doação de imóvel no município de Porto União (instalação de unidade básica de saúde).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único o Projeto de Lei n. 0283/2015, de autoria do deputado Cesar Valduga, que declara de utilidade pública a Associação Equipe Cultural Artística Sagrado Coração de Jesus de Coronel Freitas.

Conta com parecer favorável de Constituição e Justiça, de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único o Projeto de Lei n. 0370/2015, de autoria do deputado João Amin, que declara de utilidade pública a

Associação Beneficente Cristão Real Esperança, com sede no município de Balneário Camboriú.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0168/2015, de autoria do deputado Leonel Pavan, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações acerca do fechamento da Escola de Ensino Médio Professora Elza Henriqueta Techentin Pacheco, no município de Blumenau.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0141/2015, de autoria do deputado Leonel Pavan e outros, a ser enviada ao governador do estado, manifestando preocupação e apelando pela reconsideração da decisão de fechamento da Escola de Ensino Médio Professora Elza Henriqueta Techentin Pacheco, localizada no bairro Vila Nova, em Blumenau.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0142/2015, de autoria do deputado Cesar Valduga, a ser enviada ao presidente da Federação Nacional dos Bancos, manifestando preocupação com o impasse nas negociações que levaram os trabalhadores dos estabelecimentos bancários a deflagrarem greve, apelando pela imediata retomada das negociações e pelo atendimento da pauta de reivindicações dos bancários.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0143/2015, de autoria do deputado José Milton Scheffer, a ser enviada à presidente da República, aos presidentes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional e ao deputado Mauro Mariani, manifestando contrariedade às medidas anunciadas pelo governo federal sobre o pacote de ajuste fiscal que prevê o corte de gastos, em especial para as iniciativas que importem retenção de 30% dos valores repassados pelas entidades destinados ao Sistema "S" (Sesc, Sesi, Senai, Sebrae, Sescoop, Sest, Sesnat, Senar e Senac.)

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0144/2015, de autoria do deputado Cesar Valduga, a ser enviada ao ministro da Fazenda, ao presidente do Banco do Brasil S/A e à presidente da Caixa Econômica Federal, manifestando preocupação com o impasse nas negociações que levaram os trabalhadores dos

estabelecimentos bancários a deflagrarem greve, apelando pela imediata retomada das negociações e pelo atendimento da pauta de reivindicação dos bancários.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0145/2015, de autoria do deputado Antônio Aguiar, a ser enviada à presidente da República, ao vice-presidente da República e ao Fórum Parlamentar Catarinense, solicitando apoio para a escolha do desembargador e presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Nelson Schaefer Martins, para ocupar a vaga de ministro do Superior Tribunal de Justiça.

Em discussão.

Deputado Mauro de Nadal - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Presidente) -

Com a palavra, pela ordem, o deputado Mauro de Nadal.

DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sr. presidente, é um reconhecimento do PMDB ao valoroso trabalho desempenhado em prol da Justiça Catarinense, ao sr. desembargador Nelson Schaefer Martins, tendo em vista que hoje ele compõe a lista tríplice para a escolha do Superior Tribunal de Justiça, a nossa bancada resolveu fazer este apelo, esta moção, tendo em vista a sua conduta como um bom catarinense, e um exemplo para a Justiça brasileira, referendando o seu nome para que tenha peso esse referendo aqui de Santa Catarina, endossado pela bancada catarinense, ao desembargador Nelson Sheffer Martins, no momento oportuno da escolha dos nomes.

Também a bancada franquia esta moção aos demais pares aqui da Casa, se assim o desejarem, assinar conosco, tendo em vista que este reconhecimento é percebido, não apenas pelos

parlamentares do PMDB, mas por todos os catarinenses.

Deputado Fernando Coruja - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Presidente) - Feita a manifestação do deputado Mauro de Nadal, com a palavra o sr. deputado Fernando Coruja.

DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente, vai ser escolhido o novo ministro do Supremo Tribunal de Justiça e ministro Nelson Schaefer Martins faz parte da lista tríplice. Santa Catarina tem uma história de bons ministros, como Hélio Mosimann, Paulo Gallotti e Jorge Mussi. Aliás, todos são excelentes jogadores de dominó, participam do Torneio do Boca também.

Os deputados Antônio Aguiar e Mauro de Nadal, tenho certeza que todos os deputados desta Casa, estão pedindo um apoio da Assembleia para que, quem sabe, a presidente Dilma Rousseff escolha, nesta lista tríplice, o nome do nosso catarinense para ser ministro do STJ.

Esta é uma indicação é uma lista tríplice feita pela presidente da República e a indicação é feita por um critério dela, mas evidentemente nós precisamos reforçar o papel do ministro Nelson Schaefer Martins, aqui em Santa Catarina, pela maneira como conduz o Tribunal de Justiça, pela maneira que se comporta, enfim, a Justiça Catarinense é um exemplo para o Judiciário do país.

Temos aqui os companheiros do PT, que são mais ligados à presidente Dilma Rousseff, e que, evidentemente, vão-se manifestar aqui, também estamos pedindo o apoio para esse encaminhamento. Acho muito importante o apoio das bancadas da Assembleia, como um todo, para o ministro, quem sabe, compor o STJ.

Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra, pela ordem.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Presidente) - Feita a manifestação do deputado Fernando Coruja, na sequência, com a palavra, o sr. deputado Neodi Saretta.

DEPUTADO NEODI SARETTA - Presidente, queria destacar também a importância do trabalho que o presidente do Tribunal de Justiça tem feito aqui em Santa Catarina, e é por merecimento que foi escolhido pelo STJ para constar desta lista tríplice. Manifestamos também o nosso apoio para que, ao ser encaminhado, a presidente possa ter esse apoio para a escolha.

Então, em meu nome pessoal e em nome da nossa bancada, por delegação dos nossos deputados e deputadas que estão aqui presentes, gostaríamos de pedir, inclusive, a autorização dos autores para subscrever também, em apoio a esta indicação, pelo merecimento do atual presidente do Tribunal de Justiça pelo seu trabalho, pela sua seriedade e pelo merecimento que tem para ser membro do STJ.

Deputado Silvio Dreveck - Pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvio Dreveck.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, já com a aquiescência do nobre deputado Mauro de Nandal e da bancada do PMDB, desejamos subscrever também esta moção, os deputados Valmir Comin, João Antônio Amim, José Milton Scheffer e este deputado que vos fala, porque se trata de um catarinense de um currículo e de uma história de serviços prestados a todos os catarinenses pela seriedade com que preside o Tribunal de Justiça, mas também pelo trabalho que realizou. E está entre os três aí que foram designados.

Deputado Manoel Mota - Pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, quero aqui trazer a nossa solidariedade a esse encaminhamento do nosso presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Nelson Schaefer Martins, pelo trabalho, seriedade, competência. Ele vem desempenhando um trabalho extraordinário em Santa Catarina, porque ele pode desempenhar um trabalho

muito grande ocupando um espaço no Superior do Tribunal de Justiça.

Por isso, a nossa bancada fez essa moção e esperamos que todos os parlamentares possam subscrever essa moção para que possamos reforçar esse pedido para que tenhamos um catarinense representando o nosso estado com a competência do nosso desembargador.

Então, gostaria aqui de parabenizar os autores pelo encaminhamento dessa moção.

Deputado Natalino Lázare - Pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Natalino Lázare.

DEPUTADO NATALINO LÁZARE - Sr. presidente, gostaria de cumprimentar a bancada do PMDB pela iniciativa da moção. O nosso Partido da República deseja, com muita honra, subscrever essa moção.

Muito obrigado, sr. presidente!

Deputado Cesar Valduga - Pela Ordem, sr. presidente.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Cesar Valduga.

DEPUTADO CESAR VALDUGA - Sr. presidente, da mesma forma a bancada do PCdoB subscreve a presente solicitação, pois se trata de uma pessoa que, sem dúvida nenhuma, vai orgulhar a todos nós catarinenses.

Portanto, a bancada do PCdoB parabeniza a bancada do PMDB pela iniciativa. Contem com a nossa subscrição.

Muito obrigado!

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Presidente) - De acordo com as manifestações, com toda certeza, levará os nomes dos 40 parlamentares que compõe esta Casa Legislativa.

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0990/2015, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 0991/2015, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0992/2015, 0993/2015 e 0994/2015 de autoria do deputado Leonel Pavan; 0995/2015 de autoria do deputado Gean Loureiro; 0997/2015 de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0998/2015 de autoria do deputado Manoel Mota; 0999/2015 de autoria do deputado Marcos Vieira; 1000/2015 de autoria do deputado Julio Ronconi.

Comunica, outrossim, que serão encaminhadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0753/2015, de autoria do deputado Luiz Fernando Vampiro; 0754/2015, de autoria do deputado Darci de Matos; 0755/2015 e 0756/2015, de autoria do deputado Gean Loureiro; 0757/2015, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0758/2015, 0763/2015 e 0764/2015, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0759/2015, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0760/2015, 0761/2015 e 0762/2015 de autoria do deputado Julio Cesar Ronconi.

Finda a pauta da Ordem do Dia.

Explicação Pessoal

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI (Oradora) - Afirma que as pedaladas fiscais são estratégias repetidas há anos também nas esferas estadual e municipal e discorre sobre a prestação de contas apresentadas pelo governo estadual ao Tribunal de Contas do Estado, no período de 2011 e 2012, destacando ressalvas que poderiam derrubar qualquer governo. Faz um contraponto entre critérios adotados pelo Tribunal de Contas do Estado e pelo Tribunal de Contas da União para a aprovação ou não das contas públicas, criticando a postura do ministro Augusto Nardes ao proferir seu voto sobre as contas da presidente Dilma Rousseff antes da sessão e por pedir apoio à Câmara dos Deputados, chamando a atenção para o seu suposto envolvimento em fraudes fiscais.

DEPUTADO VALMIR COMIN (Orador) - Manifesta satisfação por ter alcançado a aprovação do projeto de lei, de sua autoria, que dispõe sobre o compartilhamento de imagens e sistemas entre órgãos da administração pública direta, indireta e fundacional do estado, salientando a importância da segurança para o estado e agradecendo aos deputados pela celeridade dos debates.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (Oradora) - Destaca os benefícios do parto natural, ressaltando a importância das doulas, que fazem um grande trabalho de auxílio à gestante. Salienta que está tramitando no Parlamento Catarinense um projeto de lei sobre esse tema e cita números colocados pela Organização Mundial da Saúde.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Presidente) - Não havendo mais oradores a fazer usar a palavra, a Presidência encerra a sessão, convocando outra, ordinária, para o dia subsequente, à hora regimental.